

Assembleia Municipal da Ribeira Brava

Ata Nº 05/2014


Sílvia Maria Almada Abreu

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
vinte e quatro de abril de dois mil e catorze

-----Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e catorze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Teresa Maria Corte Gonçalves, Domingos Sousa Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Luís Gaudêncio Fernandes, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Catarina Jesus Silva Almeida, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Virgílio Pereira. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes os senhores João Batista Pereira Silva, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia, o senhor Vereador Carlos Gonçalves e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

-----Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo.-----

-----Ponto dois – Apreciação e votação da proposta da prestação de contas do Município de Ribeira Brava de dois mil e treze.-----

-----Ponto três – Apreciação e votação da proposta da informação financeira: “Resultados Líquidos do Exercício de dois mil e treze”.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da primeira revisão ao orçamento da despesa e receita do ano de dois mil e catorze.-----

-----Ponto cinco – Votação da proposta da nomeação de um auditor externo ao Município de Ribeira Brava.-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta de arrematação dos espaços

X

públicos por ocasião do arraial de S. Pedro.-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta de constituição de um grupo de trabalho para análise à obra do adro da Igreja de Ribeira Brava.-----

-----No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à discussão da ata número quatro de dois mil e catorze. A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou várias alterações à ata, referindo que a mesma não poderia ser votada sem as devidas alterações. O Presidente da Assembleia interrompeu a reunião por dez minutos para que os deputados apresentassem por escrito as dúvidas e alterações à ata.-----

De volta aos trabalhos o Presidente da Assembleia referiu que a ata, segundo a lei, tem que ser aprovada, mas não necessariamente por unanimidade. Os deputados podem votar a favor, contra ou abster-se e têm direito a declaração de voto no caso de voto de vencido. Disse ainda que a ata é um resumo da reunião e que é a interpretação de cada um. Explicou que a ata que seria colocada à votação seria a ata redigida inicialmente a que todos tiveram acesso, pois os deputados não tiveram acesso às alterações apresentadas pelos partidos, e assim sendo votariam a ata anterior e caso queiram apresentam voto de vencido. O Presidente propôs que futuramente os deputados enviem as propostas de alteração à ata com antecedência e assim as alterações são tidas em conta e no dia da sessão é apresentada a ata com as devidas correções.-----

----- A ata foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, registando-se sete abstenções do PTP, PS e CDS e quatro votos contra do CDS.-----

-----Declaração de voto do grupo municipal do CDS/PP "Onde se lê "abstenção" deverá ler-se "abstenções" e justificar as mesmas devido ao fato de não estar presente (Deputado Luís Pestana) página dois. Na página oito, onde começa a intervenção da deputada Adelina Rodrigues deverá acrescentar-se "a deputada interpelou o presidente do executivo acerca da conclusão da obra da estrada da Longueira, se a mesma já se encontrava concluída ou não, ao que o presidente escusou-se a responder".-----

-----Declaração de voto do deputado Fábio Santos do PS "Página seis: O deputado Fábio Santos do PS interveio dizendo que no município tem uma taxa de natalidade baixa e uma taxa de emigração muito alta. Referiu que não existem famílias numerosas mas sim famílias que não têm capacidades financeiras de ter e sustentar os filhos".-----

-----Declaração de voto do grupo municipal do PTP "Alteração da ata de vinte e sete de fevereiro de dois mil e catorze, página cinco, parágrafo oito: o deputado Marco Almas considerou que a câmara, depois de apresentada a proposta pelo PTP, realizou a obra e assim sendo retirou a proposta à votação."-----

-----O Presidente da Assembleia informou os deputados acerca da correspondência recebida, nomeadamente uma proposta relativa ao Cais da Ribeira Brava, expediente que poderá ser consultado nos serviços administrativos.-----

----- No período de Antes da Ordem do Dia o deputado Fábio Santos do PS fez um pedido de esclarecimento afirmando que nas últimas sessões da assembleia foi aprovado o orçamento para a Estrada da Fajã das Éguas e gostaria de saber qual o ponto da situação desta obra.-----

-----O vereador Marcelino Pereira respondeu que a obra está em andamento, já com vários trabalhos realizados.-----

-----O deputado Domingos Andrade interveio congratulando a iniciativa dos comerciantes da Ribeira Brava na realização do evento "Ribeira Brava em Festa".

Adelina Rodrigues
Silvia Pereira

Também felicitou pelo evento comemorativo do dia da floresta ocorrido nas serras do concelho, na Trompica. O deputado também referiu que o executivo está a trabalhar no sentido de dar mais estímulos às famílias numerosas do concelho. -----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP interveio referindo que foi votado na assembleia quais os elementos representantes desta assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava, dos quais a deputada fazia parte, no entanto ainda não a contactaram para estar presente em nenhuma reunião, sabendo que os seus colegas da assembleia já foram a uma reunião da comissão. A deputada exigiu saber se a Assembleia cumpriu com a sua função de informar a comissão acerca da eleição da deputada para membro da mesma, ou caso a assembleia tenha cumprido a sua função afirmou estar a ser desrespeitada pela comissão.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD afirmou que as reuniões da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, na folha de presenças surge o nome da deputada Adelina Rodrigues e dos restantes elementos eleitos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP exprimiu que a Assembleia está a ser desrespeitada e que deve tomar uma posição sobre este assunto.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP pediu esclarecimentos acerca do esgoto ao ar livre referido por um munícipe na última sessão da Assembleia. Também perguntou acerca da existência de tubos de fibrocimento no concelho. Questionou sobre o que o município pretende fazer com a situação do Calhau da Lapa em Campanário e o que a Assembleia irá fazer em relação ao Cais da Ribeira Brava.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que a Assembleia já exerceu a sua função ao dar a conhecer aos deputados a proposta dos munícipes em relação ao Cais da Ribeira Brava.-----

-----O Presidente do Município Ricardo Nascimento referiu que foram ao encontro do referido esgoto ao ar livre, mas não o encontraram. Em relação ao tubos de fibrocimento existentes no Campanário, numa extensão de cerca de seis quilómetros, a Câmara pretendia alterar, no entanto neste momento pertencem à ARM. No entanto o fibrocimento faz mal à saúde inalado, segundo informação prestada por técnicos a água consumida vinda nos tubos não prejudica a saúde. No que diz respeito ao Calhau da Lapa foram ao local técnicos da câmara que constataram que tem muitos estragos e a câmara irá tentar solucionar os problemas. A Fajã dos Padres é da responsabilidade da empresa que aluga os espaços.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP fez um pedido de esclarecimento em relação a uma notícia saída na comunicação social acerca de uma família de quatro crianças menores que estava com dificuldades, perguntou se a câmara tinha conhecimento deste caso, se constava do relatório de gestão que foi disponibilizado aos deputados e o que o executivo estava a fazer em relação ao caso exposto e a outros semelhantes.-----

-----A vereadora Natália Rodrigues disse que o executivo pediu informações à Segurança Social e a outras entidades acerca do caso transmitido pela comunicação social e referiu que esse caso está a ser acompanhado e apoiado pelas entidades. No entanto sublinhou que devemos ter em conta que nem tudo o que se encontra na comunicação social é totalmente verdadeiro. Referiu ainda que o caso em questão encontra-se no relatório de gestão. No que diz respeito à situação da deputada Adelina na CPCJ, a comissão foi informada da eleição da deputada Adelina, e o seu nome constava da lista de presenças da primeira reunião, ao que a vereadora

A
yld
Sílvia A.

X

notou a ausência da deputada e questionou a presidente da comissão, o que a mesma lhe respondeu que não tinha o contato da deputada Adelina. A vereadora informou a presidente da comissão para que esta contactasse a secretária do município e esta lhe daria o contacto da deputada Adelina.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS/PP referiu que a Junta de Freguesia de Campanário fez um pedido à câmara para iluminação no túnel da Adega, entretanto a Câmara pediu um orçamento à Eletricidade da Madeira que informou o município que seria cerca de dois mil euros, que é um valor muito elevado. Disse também que fez um pedido de informação na câmara mas não foi esclarecido.-----

-----O Presidente da Assembleia disse que qualquer pedido de informação por parte dos deputados tem que ser requerido à Mesa da Assembleia e esta encaminha para o executivo.-----

-----O vereador Marcelino Pereira esclareceu que a Empresa de Eletricidade faz a montagem e manutenção das instalações elétricas mas o Município teria que assegurar o pagamento. Referiu que este assunto não está esquecido, mas devido ao orçamento elevado o município está à espera que haja cabimento, no entanto existem outras obras mais urgentes à frente desta.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP fez uma intervenção questionando a quem pertence o Cais da Ribeira Brava, aos Portos da Madeira ou à Câmara. Referiu que quem precisa de utilizar o cais terá que pagar uma taxa muito elevada para utilizar o guindaste. Disse que o cais está sem iluminação, sem caixotes de lixo e em mau estado e que a câmara deveria fazer alguma coisa. A câmara deveria reunir com os Portos da Madeira para tentar chegar a um acordo para que houvesse um melhor funcionamento do cais a preços mais baixos.-----

-----O deputado Marcos Almas do PTP interveio questionando qual o ponto da situação na repavimentação da estrada entre o Campanário e a Ribeira Brava. Referiu também a estrada junto à Associação Desportiva do Campanário com carros mal estacionados e muito tráfego justificava a existência de uma passadeira. Na zona do Centro de Saúde da Ribeira Brava e em outros locais vários há carros estacionados em cima dos passeios. Recomendou que a câmara encaminhasse a informação referente aos tubos de fibrocimento para quem de direito resolver a situação. Sugeriu também o melhoramento dos parques infantis com vista a melhorar a qualidade e segurança e assim atrair mais pessoas.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que a câmara enviou a informação sobre o estado da estrada entre o Campanário e a Ribeira Brava no entanto ainda não recebeu nenhuma resposta. Em relação à estrada junto à Associação Desportiva do Campanário a câmara solicitou a colocação de lombas no entanto a Vice Presidência não aceitou. No que diz respeito aos carros em cima dos passeios é função da Policia. Os parques infantis necessitam de arranjos mas de momento não existe cabimento, a câmara pretende fazer uma candidatura para receber apoios.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS interveio referindo que nem sempre as famílias numerosas são as que têm mais necessidades. A câmara deveria criar mais postos de trabalho para manter os jovens no concelho e assim conseguirem sustentar as suas famílias.-----

-----A deputada Catarina Almeida do PS questionou qual o andamento dos trabalhos da Comissão de realização do PDM e qual o nível de participação pública neste procedimento.-----

Silvio A.

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que ainda não foi a nenhuma reunião sobre o PDM, mas logo que reúnam dará a conhecer.-----

-----O deputado Telmo Freitas do CDS/PP questionou o executivo se irá tomar alguma medida sobre as águas das obras da ribeira que prejudicam a agricultura. -----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que mandaram fazer retenções de água devido ao aproximar da época balnear. Referiu ainda que todas as intervenções humanas têm prós e contras e que há que distinguir quais os pontos fortes e fracos.----

-----O deputado Libardo Pereira do PS perguntou como estão a ser feitas as expropriações da obra da ribeira.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que essa questão é da responsabilidade do Governo Regional, mas que tenha conhecimento até ao momento não houve reclamações.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD interveio referindo que as medidas de apoio às famílias numerosas referem-se principalmente ao tratamento com equidade, não se trata de valores monetários, mas sim, por exemplo, de reduções de IMI.-----

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezassete horas e dez minutos.-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo.-----

-----O senhor Presidente do Município informou acerca das atividades do executivo durante os últimos meses, tendo referido as limpezas e manutenção da rede viária, veredas e caminhos municipais. A colocação de algumas varandas em veredas e caminhos municipais. A plantação de flores nas bermas de alguns caminhos do concelho. Comemoração do dia da Floresta no Posto Florestal da Trompica. A realização de atividades no âmbito do Dia da Saúde. Encaminhamento de casos com necessidades sociais para as devidas entidades. Apoio às escolas ao nível de transportes e apoio à realização do evento "Ribeira Brava em Festa".-----

----- O deputado Telmo Freitas do CDS/PP questionou se as barracas no calhau por altura do São Pedro se iriam manter.-----

----- O Presidente Ricardo Nascimento referiu que esse assunto é um dos pontos da ordem de trabalhos que iria ser tratado.-----

-----Ponto dois – Apreciação e votação da proposta da prestação de contas do Município de Ribeira Brava de dois mil e treze.-----

----- O Presidente do Município disse que houve uma boa execução. Que houve uma execução da despesa na ordem dos cinquenta por cento e de setenta por cento na despesa corrente. Que a dívida foi reduzida e a despesa também, que este é o primeiro orçamento, de há algum tempo, com resultado líquido positivo. Este foi o resultado de várias medidas tomadas pelo anterior executivo e por o atual executivo.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS questionou uma discrepância de valores no relatório de gestão, na página quarenta e dezassete.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que na página dezassete refere-se às despesas realizadas em termos numerários.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP perguntou porque houve um aumento exponencial no valor de um vírgula cinquenta e quatro milhões face ao ano anterior, nos valores referidos na página dezanove.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que a despesa aumento devido aos gastos com a compensação à ARM, a dívida à Valor Ambiente, o PDM, os transportes



escolares, a dívida à Ponta Oeste relativa ao aluguer do edifício da câmara. Estes pontos são os principais responsáveis por essa discrepância.-----

----- Colocado à votação este ponto foi aprovado por maioria com seis votos contra do CDS e PTP e cinco abstenções do PS.-----

-----O deputado José Ornelas do PSD em declaração de voto disse que os deputados municipais têm uma venda na boca ou algo não está certo.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP referiu que o CDS votou contra porque já tinha votado contra anteriormente.-----

-----Ponto três – Apreciação e votação da proposta da informação financeira: “Resultados Líquidos do Exercício de dois mil e treze”.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou tratar-se de uma norma do POCAL, quando o resultado líquido é positivo cinco por cento desse valor deve transitar para a próxima conta dos resultados líquidos transitáveis.-----

-----Colocado à votação o ponto três foi aprovado por maioria com um voto contra do PTP e cinco abstenções do PS.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP apresentou a seguinte declaração de voto:”O PSD assume que, apesar do aumento dos impostos e do plano de resgate económico à Região, houve uma diminuição do investimento Municipal. Responsabiliza o Orçamento Regional e as políticas nacionais pela redução do investimento no Concelho. Ora, o PSD também assume que as medidas de austeridade, impostas pelo Governo da Republica, do PSD e em parte pelo CDS, conduziram, a uma perda de compra dos nossos cidadãos conjugados com o aumento de desemprego, levando a uma perda de confiança na atividade económica. Este “*auto de contrição*” do PSD vem tarde. Na campanha eleitoral não ouvimos os candidatos do PSD afirmar que o plano de resgate à Região, o aumento dos impostos eram adversos ao investimento e ao desenvolvimento do nosso concelho. Nunca ouvimos o PSD dizer que todas estas medidas resultavam numa perda de receita para o Município, que era urgente conter a despesa e que para isso era necessário abrandar os investimentos em curso. Pelo contrário, mais uma vez, o PSD prometeu “mundos e fundos”, escondendo a realidade orçamental aos Municípios. No relatório de gestão, a Câmara Municipal, suportada pelo PSD, assume a necessidade de negociação de planos de pagamento a curto, médio e longo prazo com os fornecedores. Esperemos que estas negociatas não sejam idênticas à última que aqui aprovada que quase se paga mais juro do que o valor da própria dívida. A Câmara Municipal é contraditória, mas isso já não nos admira. No mesmo relatório diz mais uma barbaridade, propõe-se a reduzir todas as despesas correntes, por forma a garantir um serviço de qualidade a todos os Ribeira-bravenses. Ou seja, o serviço público, com tantos cortes, ficará reduzido a abrir as portas e janelas da Câmara só em dias de sol para não gastar luz. Como pode garantir um serviço de qualidade com um corte nas despesas correntes? Há mais uma situação que nos preocupa e é mesmo motivo de medo. A Câmara Municipal termina o relatório com uma certeza: - *Estão empenhados em “continuar a perseverança mantida até aqui, aumentando a criatividade”*. Meus senhores, uma continuação da vossa perseverança e da vossa criatividade são um suicídio económico, social e político da Ribeira Brava. Deste modo, têm o nosso voto contra a gestão do passado e manifestamos enormes preocupações em relação às intenções futuras.”-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD referiu que o PSD votou a favor porque o executivo fez o que era possível consoante o disponibilizado e respeitando a lei.-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da primeira revisão ao orçamento da despesa e receita do ano de dois mil e catorze.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que como forma do município se precaver, visto que as verbas previstas a entrarem nas contas do município não entram no primeiro dia do ano, então algum dinheiro do ano anterior fica disponível para o ano seguinte para a gestão de início de ano.-----

-----Colocado à votação este ponto foi aprovado por maioria com seis abstenções do PS e PTP.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD em declaração de voto referiu que não há coerência nos grupos do CDS e PS, visto que na reunião de câmara tiveram uma posição diferente neste ponto.-----

-----Ponto cinco – Votação da proposta da nomeação de um auditor externo ao Município de Ribeira Brava.-----

----- O Presidente Ricardo Nascimento esclareceu que devido à entrada em vigor de uma nova lei, obriga que em dois mil e catorze as câmaras sejam auditadas por um auditor externo acreditado para tal. Auditor esse que é nomeado pela Assembleia Municipal. Vai a votação a empresa que irá fazer o serviço e esta depois apresenta quem será o auditor.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS interveio questionando qual o valor que irá custar ao município o auditor.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que o município esteve a analisar os valores que outras câmaras da Região pagavam por este serviço e guiaram-se por uma câmara com menos valores em movimento. O valor adjudicado foi em cerca de dez mil euros.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP afirmou que esse auditor é bem vindo, mas questionou porque não foi solicitado um auditor para analisar as contas do anterior executivo e também porque não pediram orçamento a três empresas de auditoria para assim ver qual o valor mais baixo.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que convidaram só uma empresa devido aos prazos que eram muito limitados, pois quando se convida mais de uma empresa o processo demora mais tempo. Não haverá despesismos porque o município guiou-se por outro município com valores mais baixos que o município da Ribeira Brava. O trabalho do auditor será realizado consoante a lei determina. Em relação à auditoria ao anterior executivo o atual executivo não fez porque não encontrou surpresas nas contas do anterior executivo.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP perguntou qual o critério utilizado para a escolha da empresa de auditoria.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que é uma empresa que já trabalha com a câmara, pois participou no regulamento de taxas.-----

-----Colocada à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD em declaração de voto aclamou a unanimidade nesta votação, referindo que irá melhorar o funcionamento da câmara.---

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que estamos num país livre e democrático e que o seu partido trabalha em prol da população, e que o PS não é obrigado a votar igual ao grupo do PSD.-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta de arrematação dos espaços públicos por ocasião do arraial de São Pedro.-----

A
Silvio Da

-----O vereador Rui Gouveia explicou que a arrematação dos espaços mantêm-se nos moldes do ano anterior, a novidade será o alargamento do arraial para quatro dias.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP sugeriu que o município utilizasse o campo municipal para estacionamento, por altura do arraial de São Pedro, como já realizado em anos anteriores.-----

-----O vereador Rui Gouveia disse que quando o campo municipal era utilizado para estacionamento, o campo não era de relva sintética, neste momento caso utilizassem para estacionar só iria piorar o estado da relva sintética.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS perguntou qual seria o horário de funcionamentos das barracas.-----

-----O vereador Rui Gouveia respondeu que na sexta-feira as barracas podem ficar abertas até às duas horas e no sábado e domingo até mais tarde, como já é tradição.---

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP perguntou se já existia algum artista convidado para o arraial e qual seria a programação.-----

-----O vereador Rui Gouveia disse que ainda não tem nenhuma artista convidado e que caso seja para convidar um artista nacional há que ter em conta os limites do orçamento camarário, no entanto o município está recetivo ao apoio de privados.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS questionou se ao nível sanitário seriam tomadas algumas medidas.-----

-----O vereador Rui Gouveia disse que irão existir casas de banho portáteis durante o arraial.-----

-----Colocado à votação este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS em declaração de voto congratulou o alargamento do número de dias de festa que vem dinamizar o concelho, mas sugeriu que o horário fosse ainda mais alargado, principalmente nas noites de sexta e sábado nas barracas de bebidas.-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta de constituição de um grupo de trabalho para análise à obra do adro da Igreja de Ribeira Brava.-----

----- Este ponto foi introduzido por iniciativa do PTP e assim sendo o deputado Marco Almas apresentou a mesma referindo tratar-se de uma proposta de constituição de um grupo de trabalho para averiguar se formam assegurados os interesses coletivos dos munícipes da Ribeira Brava durante o processo de recuperação do adro da Igreja da Ribeira Brava.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que por altura da primeira revisão do plano plurianual o PTP e PS abstiveram-se, e quando foi aprovado somente era necessário o voto contra do PTP para que a obra não fosse aprovada. Enquanto deputado pode solicitar a informação que achar pertinente ao executivo e assim esclarecer todas as suas dúvidas, não sendo necessário perder tempo com "politiquices".-----

-----O deputado Fábio Santos do PS referiu que se não fosse o PS esta obra não era aprovada devido aos problemas internos do PSD, onde alguns deputados votaram contra.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP disse que o deputado Domingos Andrade envergonha-o por ser do Campanário e defender esta obra, pois a obra do adro da Igreja passou à frente de outras obras com mais prioridade.-----

A

[Handwritten signature]

*Silvia
Alma*

-----O deputado Marco Almas do PTP disse não ser contra a obra, mas sim contra a forma como foi construída. Sugeriu fazer um grupo de trabalho com elementos de todos os partidos e do executivo para que haja mais transparência.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que votou contra a prioridade desta obra, no entanto reconhece que a obra era necessária e uma mais valia para o concelho.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS interveio referindo que no anterior executivo foi pedido cento e oitenta e cinco mil euros para a reconstrução do adro da Igreja da Ribeira Brava.-----

-----Colocada à votação esta proposta foi rejeitada por maioria, com cinco votos a favor do PS e PTP e três abstenções do CDS/PP (informa-se que nesta votação o deputado Telmo Freitas do CDS/PP encontrava-se ausente da sessão da Assembleia).---

-----O grupo municipal do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: " O CDS/PP Ribeira Brava não está contra a reparação do adro da Igreja Matriz da Ribeira Brava, bem pelo contrário, mas sim contra a prioridade dada a esta obra através da Lei de Meios. Esta obra, apesar de necessária, não punha em causa a segurança de pessoas e bens. Logo, deveria ser mantida na posição em que se encontrava inicialmente na lista de prioridades da câmara. Aliás, conhecendo as preocupações da Igreja em relação às pessoas, à sua segurança e bens, tenho plena convicção de que a Igreja comunga da mesma opinião, uma vez que defende o principio de que as pessoas e os seus haveres devem ser protegidos e salvaguardados primeiramente. Aliás, o CDS/PP sempre defendeu a obra de reparação do adro da Igreja, conforme consta das atas das reuniões da Vereação e da Assembleia Municipal, no entanto, jamais poderá subscrever que fiquem para trás obras fundamentais para a segurança, em caso de catástrofe, e melhoria das condições ainda precárias da população do concelho, sobretudo devido ao vinte de fevereiro. Recorde-se que a Lei de Meios tem como objetivo primeiro resolver as necessidades mais urgentes das pessoas que foram afetadas pela catástrofe natural."-----

-----No final da sessão, visto haver inscrições do público para intervir na sessão da Assembleia, foi dada a palavra ao Professor Feliz Pereira que disse estar presente em representação da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, mandatado pelo Concelho Executivo da mesma. Referiu que é do conhecimento público a posição da escola perante o posicionamento da construção da nova escola, caso a escola fosse construída no campo municipal haveria menos problemas e tudo ficaria centrado no mesmo lugar. Solicitou à Assembleia que se unisse e esquecesse-se as cores partidárias e assim lutar pela melhor solução, construir a escola no campo municipal, com mais segurança para todos.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP disse que o Professor Feliz pediu para esquecer os partidos, mas o projeto da nova escola foi apresentado pelo PSD em época de eleições. Concorda que a escola deveria ser construída no campo municipal pois tem mais condições, a câmara deveria fazer chegar a quem de direito esta informação, mas sem aproveitamento político. Deveria ser realizado um documento onde esteja explícito que não haverá aproveitamento político de nenhum partido.-----

-----O Professor Feliz Pereira disse que caso haja um documento unanime entre todos os partidos não haverá aproveitamento político. No que diz respeito ao espaço onde a escola está localizada atualmente, cabe à Assembleia e ao Município discutir o que se fará naquele local, até poderá haver permutas de terrenos.-----

A
Feliz
Silvino Al

X

[Handwritten signature]
Silvia Almada

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que este assunto não surgiu agora, já está a ser tratado por várias entidades, Câmara, Junta de Freguesia, Clube, Escola, já tem muito trabalho feito e deverá ser dado o mérito a quem teve essa visão.-----

-----O Professor Feliz Pereira interveio constatando que sabe que tem havido movimentos no sentido de deslocalizar a escola, mas pede que se esqueçam os partidos. Pediu que seja qual for a intervenção da Assembleia que não deixe desaparecer o projeto da nova escola, mas de preferência no campo municipal.-----

-----O deputado Luís Pestana de CDS/PP disse que o CDS concorda que a escola seja construída no campo municipal. Disse também que a Vice Presidência anunciou que a obra iria iniciar e que até ao momento nada tinha acontecido.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que a Assembleia deveria prôpor ao Governo Regional para este alterar a localização da escola.-----

-----O Presidente da Assembleia propôs o agendamento de um novo ponto, ponto oito da ordem de trabalhos, para encaminhar para o Governo Regional um documento a solicitar a mudança da construção da escola para o campo municipal.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS/PP solicitou uma suspensão da sessão durante cinco minutos a qual foi concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

-----Na retoma dos trabalhos o Presidente da Assembleia, tendo em conta a discussão acerca do posicionamento da escola, propôs a introdução de um ponto número oito, de iniciativa do Presidente da Mesa, "recomendação ao Governo Regional no sentido de reformular a localização da construção da nova Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares para a zona do campo municipal da Ribeira Brava, salvaguardando os interesses da Ribeira Brava".-----

-----Colocado à votação a introdução do ponto número oito foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Ilidio Almada do CDS/PP disse que desde que sejam respeitadas a escola, os cidadãos, alunos, professores e funcionários o CDS/PP concorda com o ponto número oito.-----

-----Colocado à votação o ponto número oito foi aprovado por unanimidade.-----

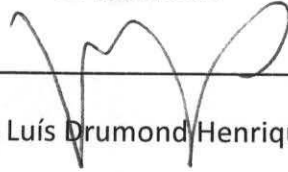
-----O deputado Fábio Santos congratulou a unanimidade e a presença louvável do Professor Feliz Pereira.-----

-----O deputado José Ornelas do PSD disse que concorda com a localização da escola no campo municipal, mas que não gostaria de ver o local atual da escola votado ao abandono.-----

-----Foi lida a minuta referente à presente sessão da Assembleia Municipal. Colocada para votação a minuta foi aprovada por unanimidade.-----

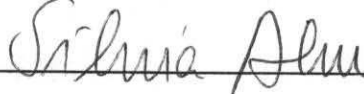
-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente



(João Luís Drumond Henriques)

A Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)